

WEBINÁRIO DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

Limite mínimo constitucional de aplicação na educação e os impactos da COVID - 19



**TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

SIMONE REINHOLZ VELTEN

SECRETÁRIA DE CONTROLE EXTERNO DE CONTABILIDADE, ECONOMIA E GESTÃO FISCAL (SECExCONTAS)



Apresentação do Relatório de Gestão e Notas Explicativas



CONTAS DE PREFEITO - COMPOSIÇÃO DA PCA – PRESTAÇÃO DE CONTAS A SOCIEDADE:

Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma **que permita uma visão sistêmica do desempenho** e da conformidade da gestão do município **durante o exercício financeiro** a que se refere a prestação de contas, em **relação às diretrizes orçamentárias** estabelecidas para aquele exercício e à legislação em vigor.

Último ano do mandato: preparar o relatório antes do encerramento do mandato



Art. 35. O Estado **não intervirá em seus Municípios**, nem a União nos Municípios localizados em Território Federal, **exceto quando:**

I - deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada;

II - não forem prestadas contas devidas, na forma da lei;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino;

III - não tiver sido aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)



Por que as atividades escolares não estão acontecendo no setor público já que não estão faltando os recursos?



Deve ser evidenciado no relatório de gestão e em notas explicativas às demonstrações contábeis e no demonstrativo das receitas e despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE:

- as ações planejadas e efetivamente desenvolvidas, além do plano de ação adotado para execução da política pública de educação;
- A sociedade espera saber quais as atividades que foram desenvolvidas para assegurar aos nossos alunos o direito a educação;
- Evidenciar se o município adotou aulas online ou gravadas, ou se não foi adotado, quais foram as suas dificuldades;
- Se foram realizados treinamentos para os professores e dado o suporte tecnológico necessário para que as aulas remotas pudessem ser realizadas;



- Se foram disponibilizados equipamentos aos professores para que pudessem dar aulas remotas aos alunos, e se não foram, apresentar quais as dificuldades que foram enfrentadas;
- Evidenciar se foram dado suporte tecnológico, material e infraestrutura aos alunos para que pudessem acompanhar as aulas;
- Se nesse período de escolas fechadas, foram feitas reformas e adaptações as escolas da rede municipal;
- Qual o plano de agora até o retorno das aulas? Como está sendo preparado retorno?



Deixar evidente quais foram as ações efetivas para que o ente pudesse ofertar o direito a educação aos alunos de sua rede e promover a redução das desigualdades sociais .

